

## CONSERVAÇÃO E INOVAÇÃO NO PORTUGUÊS DO BRASIL

CELSO CUNHA\*

### RESUMO

Partindo da tese a respeito da unidade e arcaicidade do português do Brasil (Serafim da Silva Neto), o A. retoma fatos que têm sido considerados como prova de seu caráter conservador e anteclassico (Gladstone Chaves de Melo), procurando mostrar que, se o mito da unidade tem sido desmentido pela publicação de atlas lingüísticos, o mito da arcaicidade parece mais resistente. Apresenta, a seguir, farta documentação de fenômenos fonéticos que se explicam por uma diversidade da norma portuguesa (Norte e Sul do país) e de outros que presumivelmente podem ser tratados como inovações americanas. Com base nos estudos de Menéndez Pidal e Amado Alonso acerca do espanhol da América, conclui que é prematuro, em face dos dados até agora recolhidos, afirmar que o português do Brasil é conservador ou inovador, se bem não pareça exata a presunção de sua 'estaticidade'.

Serafim da Silva Neto, cuja obra é ainda hoje pedra angular dos estudos sobre o português do Brasil, considerava características básicas de nossa variante idiomática a *unidade* e o *conservadorismo*<sup>1</sup>, características também ressaltadas por quase todos os lingüistas e filólogos que versaram o tema.

Ainda recentemente (1981) Sílvio Elia publicou um livro de duzentas e sessenta páginas para justificar, à luz de condicionamentos geoeconômicos, tal unidade<sup>2</sup>, e Gladstone Chaves de Melo, nas quatro edições de sua obra pioneira, *A língua do Brasil*<sup>3</sup>, demora-se em documentar com uma série de exemplos o caráter arcaizante do português americano, chegando mesmo a indicar as causas deste estagnante estado idiomático.

Depois de declarar que

"aqui no Brasil sucede um fato curioso e extremamente interessante para o lingüista: é que, apesar

---

\*Professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Filólogo, gramático e medievalista.

da imensidade do território e das dificuldades de comunicações, a nossa fala plebéia apresenta notável unidade relativa, apreciável uniformidade,"

escreve o seguinte:

"Estou que a nossa língua popular, falando-se de um modo geral, é substancialmente o português arcaico, deformado, ou se quiserem, transformado em certo aspecto da morfologia e em alguns da fonética pela atuação dos índios e dos negros. Um fundo-comum constituído pela língua arcaica, estabelecido por grande contingente de portugueses vindos de várias regiões de Portugal indistintamente, com predomínio dos do Norte, e um *superestrato* constituído por alterações desse fundo português, determinado pelo grande número de silvícolas e principalmente africanos que entraram a falar a língua românica. Porém, é fácil verificar que, no que diz à estrutura da língua, a força do estrato foi muito maior que a do *superestrato*"<sup>4</sup>.

O mito da unidade da língua popular está sendo progressivamente desmentido pelos atlas lingüísticos que se vão publicando. Ao contrário, o que eles começam a ensinar-nos é que a característica fundamental dos falares brasileiros reside no seu caráter vacilante, no seu acentuado polimorfismo.

O mito da arcaicidade parece mais resistente, o que já havia sido notado por Amado Alonso ao examinar argumentos semelhantes com relação às características do espanhol americano. Tanto assim que um mestre da altura intelectual de Alonso Zamora Vicente não teve dúvida em reafirmar, na sua *Dialectología española* (1970), que o fundamento do espanhol americano é a língua pré-clássica, a de fins do século XV, "a usada por Mena, Manrique, *La Celestina* e codificada na *Gramática* de Nebrija"<sup>5</sup>. E, mais, que, "apesar dos sucessivos estratos do espanhol importado, o fundo patrimonial idiomático aparece vivamente colorido pelo arcaísmo e pela tendência a acentuarem-se os traços populares"<sup>6</sup>.

Não obstante a ação de tais fatores, essa modalidade lingüística apresenta, para ele, "uma sólida homogeneidade, sobretudo nos níveis cultos", sendo "mínimas, no imenso terri-

tório americano, as diferenças, consideradas dentro da estrutura total da fala"<sup>7</sup>.

Essa maneira geral e indiscriminada de personalizar o espanhol americano foi em seu tempo criticada por Amado Alonso e Menéndez Pidal e ainda hoje o é por um dos lingüistas que mais se têm dedicado à dialectologia horizontal e vertical da Romania Nova, o professor Juan M. Lope Blanch.

A afirmativa de ser a língua anteclassica a base do espanhol americano contém, segundo Amado Alonso, um duplo erro de visão. O primeiro está na confusão entre língua e língua literária, confusão tão enraizada, que vem resistindo aos mais lúcidos ataques e, ao que parece, é imortal. "O idioma falado por todas as gentes, pelos aguadeiros e pelos bispos, pelos ouvidores e pelos soldados, pelos catedráticos e pelos bedéis, não é nem pode jamais ser clássico e, portanto, não pode nunca ser anteclassico nem pós-clássico. O segundo erro" - continua - "é de ordem histórico-lingüística, e consiste em pensar (que maravilhosa precisão!) que o espanhol que hoje se fala na extensa América deriva concretamente do idioma que em 1492 trouxeram os companheiros de Cristóvão Colombo na Pinta, na Nina e na Santa Maria"<sup>8</sup>.

O espanhol americano - se assim devemos insistir em chamar uma unidade lingüística inexistente na prática - é o resultado da conquista e colonização de parte do Novo Mundo pelos espanhóis, que se desenvolveu durante todo o século XVI e, em certos casos, se estendeu pelo século XVII. A verdadeira colonização do Paraguai, por exemplo, só foi iniciada pelos jesuítas em 1608.

Mas retornemos à argumentação de Amado Alonso.

"Na época da conquista e da colonização", escreve ele, "a linguagem espanhola do século XV, no que continha do século XV e não do século XVI (no que já havia saído do uso), estava tão pesada, morta e inoperante como a linguagem do século X. O passado e caduco não se conta pela distância temporal, mas por sua condição de não pertencer ao sistema lingüístico vivo"<sup>9</sup>.

E não se esquece Amado Alonso de assinalar a profunda diferença entre o espanhol americano, em evolução permanente, e o dos judeus expulsos em 1492. O judeu-espanhol no Norte da África, de Amsterdam, dos Balcãs tem realmente por base o espanhol do século XV, porque os sefarditas perderam todos os laços de comunicação com a Península e passaram a viver em terras estranhas isoladas em seus quetos.

O arrazoado de Amado Alonso é perfeitamente aplicável à situação lingüística do Brasil, onde o português só começou real mas precariamente a ser difundido em 1532, com a instituição de capitânias hereditárias.

Em todo o período de gestação das características mais marcantes de nossa fala - vale dizer os séculos XVI e XVII -, vieram indivíduos das distintas regiões de Portugal, que falavam naturalmente a língua do seu tempo, com matizes mais conservadores ou mais inovadores conforme as áreas de onde provinham. De um modo geral podemos dizer que a um Norte conservador se opunha um Sul inovador. A norma neológica do Sul, que já representava um modelo seletivo, do qual foram eliminados ou neutralizados os regionalismos ou localismos estigmatizáveis, tinha maior poder de expansão<sup>10</sup>, não precisando, portanto, de ser a do maior número de reinóis nele radicados para se impor no Brasil.

E repisemos esta afirmação. Não apenas a língua culta, mas também a língua comum dos brasileiros, funda-se nessa neológica norma sulista dos séculos XVI e XVII, o que é fácil de demonstrar tanto na fonologia como na morfologia e na sintaxe. Se em alguns casos a atual norma portuguesa ou a atual norma brasileira dela divergem, isso se deve a posteriores evoluções, paralelas ou distintas.

É, porém, de uma evidência que dispensa maior comprovação o fato de ter a língua portuguesa se desenvolvido no Brasil, durante séculos, em condições socioculturais mais propícias à conservação do que à renovação de suas formas. Tendo vivido mais de trezentos anos sem contacto com outros povos, sem imprensa, sem núcleos culturais de importância, com um número exíguo de escolas, a América Lusitana foi alcançando nes-

se largo período algumas das etapas que levam os povos aos estados lingüísticos paralisantes. Esse imobilismo cultural e, conseqüentemente, idiomático é ainda muito sensível nas regiões interioranas, onde continuam a existir populações marginalizadas dos próprios acontecimentos históricos.

O panorama de conservadorismo intenso foi em parte alterado no século XVIII com o *rush* para as Minas, quando não só as populações da costa, em maior contacto com a Metrôpole, mas as do próprio Reino se deslocaram para o interior, levando consigo padrões lingüísticos inovadores. Depois, a partir de 1808, com a permanência da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, introduziram-se na capital do Reino Unido melhoramentos materiais e, também, hábitos apurados, entre os quais certos procedimentos lingüísticos. Data certamente dessa época a assimilação pelos cariocas da pronúncia chiante lisboeta do -s pós-vocálico, que era a dos cortesãos.

Na segunda metade do século XIX, o Brasil, que fora até então um vasto país rural, com um opressivo e inevitável domínio do campo e de seus modelos socioculturais sobre a vida pública e particular, começa a sentir o depauperamento do patriarcalismo campesino e a ver o surgimento de uma nova força, a do patriarcalismo urbano. A cidade passa então a influir normativamente na vida do país, e o faz num crescendo vertiginoso pelo aparecimento do fenômeno da megalôpole e dos poderosos meios de comunicação, como o rádio e a televisão. Em poucos anos altera-se completamente a geografia humana e urbana brasileira, com a fundação de novas cidades e o crescimento desmesurado de outras. Cidades tornadas centros criadores e difusores de cultura, a assumirem posição reitora, a nivelarem os falares atraídos para a sua órbita, a mudarem, enfim, com a sua força normalizadora, e também inovadora, o tabuleiro lingüístico do país<sup>11</sup>.

Essas razões justificam por que, apesar de viver uma fase essencialmente inovadora, em particular na língua culta oral e escrita, a variante brasileira do idioma continua a apresentar características que, tendo sido também da variante portuguesa, no século XVI ou, ainda, no século XVII, poste-

riormente nela se perderam.

Atendo-nos apenas aos fatos fonéticos mais difundidos no português do Brasil, vemos que é possível estudá-los - e alguns já o fizeram - dividindo-os em dois grupos: a) os que representam a conservação de pronúncias atualmente de nula ou escassa vitalidade na Península; b) os que, à falta de sua documentação nos falares portugueses de qualquer época, devem ser considerados inovações americanas.

É bastante provável que na entoação, que hoje bem distingue um português de um brasileiro, a nossa fala corresponda melhor ao estágio lingüístico do século XVI, como geralmente se afirma com fundamento num exame perfunctório da métrica do tempo<sup>12</sup> e num passo da *Gramática da linguagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira<sup>13</sup>. Mas não nos demoraremos em analisar mais detidamente essa questão porque nos faltam elementos comparativos seguros. Enquanto os fenômenos de entoação têm merecido em Portugal um tratamento científico<sup>14</sup>, no Brasil continuam eles a ser objeto de considerações impressionistas<sup>15</sup>.

Como exemplos quase certos de conservação podem-se, no entanto, indicar os seguintes fatos fonéticos:

a) a realização fechada [ɛ̃] e [õ], que era - tudo faz crer - a do *e* e *o* pretônicos, não originados de crase, até o século XVIII em Portugal<sup>16</sup>, e que permanece nas regiões Centro e Sul do Brasil: [pɛ̃ˈgar], [kɔ̃ˈtar];

b) a realização aberta do *a* pretônico não proveniente de crase: [maˈdeyr<sup>a</sup>];

c) a realização mais aberta do *-a* final átono [ˈtir<sup>a</sup>] e não [ˈtir<sup>á</sup>], como na variante européia;

d) a alternância polimórfica das pretônicas *e/i* e *o/u*, que a língua dos séculos XVI e XVII conhecia: [ɛ̃ˈtrar]/[iˈtrar], [mɛ̃ˈnin<sup>u</sup>]/[miˈnin<sup>u</sup>], [kɔ̃ˈtum<sup>i</sup>]/[kusˈtum<sup>i</sup>]<sup>17</sup>;

e) a realização [ɛ̃] antes de consoante palatal da vogal tônica que, na região de Lisboa, evoluiu no século XIX para [ä]: [ˈfɛ̃ʂ<sup>u</sup>], [ˈsɛ̃ʒ<sup>a</sup>], [isˈpɛ̃ʒ<sup>u</sup>], [ˈtɛ̃ɲ<sup>u</sup>];

f) as realizações [ɛy] e [ɛ̃y] dos ditongos que se pro-

nunciam [äy] e [ãy] na região de Lisboa, onde teve início a mutação, e em outras áreas de Portugal<sup>18</sup>;

g) a realização sibilante, na maior parte do Brasil, do -s e do -z pós-vocálicos, que se neutralizam em [s] em final absoluto ou diante de consoante surda, e em -z antes de consoante sonora: [aːtras], [ˈpas] , [ˈlistʰa], [ˈfas kaːlor] , [maːrazmʷ], [ˈmaz ˈlĩgwas];

h) a realização com sensível nasalidade da vogal que antecede as consoantes m, n e nh, comum à maioria dos falares brasileiros e aceita em nossa língua culta, pronúncia que, como hoje, talvez já não fosse a dos registros altos no português europeu dos séculos XVI e XVII, mas que certamente era então a dominante, pois do contrário não se poderia explicar o fechamento das vogais a, e e o em palavras do tipo *cama*, *geno* e *sonho*<sup>19</sup>.

i) a não articulação do s que antecede o c em formas como *descer* e *nascer*, consoante realizada hoje em Portugal como [ʃ]: [deːʃer], [naːʃer] e não [deʃːser], [naʃːser].

Provavelmente, os seguintes fatos fonéticos também representam a conservação, no Brasil, de estágios anteriores do idioma:

a) a realização [i] do -e gráfico final [ˈtard<sup>i</sup>], geral no Centro e Norte do país e que, segundo os testemunhos de Luís Caetano de Lima e Luís Antônio Verney, era ainda a pronúncia vigente em Portugal na primeira metade do século XVIII<sup>20</sup>;

b) a realização africada [tʃ<sup>v</sup>] do ch gráfico, em regiões mal delimitadas de São Paulo, Paraná e Mato Grosso, pronúncia que era a mais geral no século XVI e a que ainda prevalece na maioria dos dialetos setentrionais portugueses e na totalidade dos dialetos galegos: [ˈtʃav<sup>i</sup>], [aːtʃar<sup>i</sup>]<sup>21</sup>;

c) a realização da africada paralela [dʒ<sup>v</sup>], atestada no falar caipira e, também, em crioulos e falares fronteiriços portugueses, que, para Révah, representa "un archaïsme remarquable", mas de vitalidade restrita a certas regiões do Portugal quinhentista<sup>22</sup>;

d) as pronúncias populares e regionais *ũa* e *lũa*, que eram as da própria língua culta nos séculos XVI e XVII, documentadas que estão nas obras de Camões e Gregório de Matos<sup>23</sup>;

e) uma certa fricativização, com aparência de ditongação, notada por Óskar Nobiling na pronúncia de nossas nasais e por Gonçalves Viana na emissão das mesmas vogais em falares arcaizantes do Norte de Portugal<sup>24</sup>.

f) a pronúncia oclusiva do *b*, do *d* e do *g* intervocálicos, que foi substituída em quase toda Portugal pela realização fricativa, tendo-se conservado apenas na região que vai de Portalegre a Mértola e numa parte do Algarve<sup>25</sup>.

Como acabamos de ver, nenhuma dessas realizações fonéticas é geral em todo o país; estendem-se elas por uma parte maior ou menor do nosso território, mas são sempre regionais, à semelhança do que ocorre na América Espanhola com fenômenos da mesma natureza. Têm certamente maior expansão alguns fatos conservadores de morfossintaxe, como:

a) a perífrase formada de *estar* (*andar*, *viver*, etc.) + gerúndio, que, em Portugal, desde o século XVIII, vem sendo progressivamente substituída por outra, constituída de *estar* (*andar*, *viver*, etc.) + infinitivo antecedido da preposição *a*<sup>26</sup>;

b) a possibilidade de se empregar, como outrora, o possessivo sem artigo nos casos em que este é, hoje, obrigatório no português europeu<sup>27</sup>: *meu carro*, *minha roupa*;

c) a próclise do pronome átono, também admitida pela língua clássica, em enunciados que atualmente exigem a ênclise no português peninsular: *Ele se despiu*, e não *Ele despiu-se*<sup>28</sup>.

É claro, como advertimos anteriormente, que nos falares dos grupos sociais mais desfavorecidos culturalmente - rurais, rurbanos, ou mesmo urbanos, mas especialmente nos falares de povoações perdidas por este imenso Brasil, de acesso difícil durante séculos e, não raro, ainda em nossos dias - permaneceram muitas antigualhas lingüísticas que os atlas e as monografias dialetais vêm trazendo à tona. É o caso, por exemplo, de *sarolha* "terra umedecida", palavra atestada somente num passo do *Livro da montaria*, de D. João I<sup>29</sup>, e que sabemos ho-

je ter plena vitalidade na maior parte do território baiano e em todo, ou quase todo, o Estado de Sergipe<sup>30</sup>. O fato, porém, de ser de um texto do século XV a única documentação conhecida até há pouco prova apenas que a palavra existia nessa época, e não que seja um arcaísmo quatrocentista, como seria lícito supor antes das ocorrências comprovadas no Nordeste brasileiro. Essas ocorrências tornar-se-iam impossíveis, se a sua vitalidade, mesmo regional, não tivesse chegado na Península ao século XVI.

Também os trinta e cinco itens lexicais, que Gladstone Chaves de Melo considera vulgarismos brasileiros descendentes de arcaísmos do século XV<sup>31</sup>, são todos, absolutamente todos, formas vivas do português quinhentista e, em grande parte, de épocas posteriores. A maioria esmagadora aparece até na obra literária dos melhores escritores do tempo.

Para encurtar razões, dezoito deles estão em *Os Lusíadas*: *alifante*, *Anrique*, *baxo*, *despois*, *enveja*, *esprito*, *lũa*, *mali-no*, *menhã*, *pexe*, *pola*, *polo*, *pranta*, *rezão*, *saluçõ*, *samear*, *ũa* e *Bertolameu*, que é como se assina o censor do poema<sup>32</sup>; oito, nas poesias de Sã de Miranda: *amenhã*, *aquel*, *assossegar*, *quaje*, *perjuízo*, *cramar* (o exemplo de Gladstone é *cramor*), *inzem-plo* (em Sã de Miranda *enzemplo* e *enxemplo*) e *preguntar*; um, no teatro de Gil Vicente: *entonces*<sup>33</sup>; e outro, na prosa de Duarte Galvão: *sujigar* (no historiador *sogigar*)<sup>34</sup>. Quatro dos sete itens restantes poderiam ter ocorrido nesses autores, que empregam formas derivadas ou paralelas. Assim: *bautismo* (n'Os Lusíadas há *bautizado*), *piadade* (n'Os Lusíadas há *pie-dade* e *piadoso*), *fruíta* (n'Os Lusíadas e na obra de Sã de Miranda encontra-se *fruíto*) e *luita*, forma usada por João de Barros que apresenta a mesma vocalização do *c* latino<sup>35</sup>. Das demais, *benção* é a pronúncia etimológica, e ainda em 1784 a única aceita por Couto Guerreiro<sup>36</sup>; *avangelho* pode ser considerado um plebeísmo de grande vitalidade, pois desde o século XVI vem resistindo à condenação dos filólogos portugueses<sup>37</sup>; e *ciloura* (melhor seria grafar *cílora*) representa um caso normal de metátese, possível de ocorrer em qualquer época do idioma.

Vemos, pois, que o *fundo arcaico básico* estabelecido pelo ilustre filólogo pertence igualmente ao patrimônio lexical do século XVI e - tudo leva a crer - também ao do século XVII. E que parte substancial desse acervo continua viva nos falares portugueses, prova-o as numerosas monografias que sobre eles se têm escrito, estudos que permitiram ao próprio professor Gladstone Chaves de Melo apresentar um convincente confronto das semelhanças que ainda hoje se observam entre formas dialetais das duas variantes do idioma<sup>38</sup>.

Outra reserva que fazemos à conceituação do ilustre filólogo refere-se ao emprego do adjetivo arcaico para designar a língua da última metade do século XV<sup>39</sup>. Essa fase idiomática, em nosso entender, deve juntar-se à primeira metade do século XVI para constituir o período do português médio. A prosa de Zurara, Rui de Pina, Garcia de Resende e Bernardim Ribeiro já se distingue bastante, seja da canhestra linguagem dos documentos notariais dos séculos XIII e XIV e dos *livros de linhagens*, seja da mais apurada expressão dos códices alcobacenses e das primeiras crônicas galego-portuguesas, seja, mesmo, das obras de irrecusável elaboração artística, a exemplo das de Fernão Lopes e D. Duarte. E aqueles que estão habituados a convier com os textos poéticos das diversas épocas do idioma sabem que existe uma diferença muito mais profunda entre a língua de um trovador tardio, como D. Pedro, Conde de Barcelos (1289-1354), e a de um antigo poeta do *Cancioneiro Geral*, como Fernão da Silveira - cujas vidas medeiam pouco mais de cem anos -, do que a que separa a de certos poetas do *Cancioneiro de Resende* da de Fernando Pessoa ou de Carlos Drummond de Andrade.

Retornemos, porém, à linha tronco de nossas considerações.

Aos aspectos fonéticos conservadores, que encerra o português do Brasil, podemos contrapor os inovadores, que passamos a examinar.

Já nos referimos à inovação que representa a pronúncia palatal (chiante) do -s pós-vocálico, característica da linguagem do Rio de Janeiro<sup>40</sup> e de alguns pontos da costa brasi-

leira, entre os quais Santos.

Vejamos, agora, outros fatos fonéticos que podem ser assim considerados, enumerando-os pelo grau de difusão no território brasileiro:

a) neutralização no timbre fechado do *e* e *o* pretônicos provenientes seja de uma vogal singela do latim, seja de uma crase ocorrida dentro de nossa língua, diversidade de origem que o português europeu distingue com precisão: [pareːˈsɐʁ]/[iskeːˈsɐʁ], [mɔːˈrar]/[kɔːˈrar];

b) neutralização no timbre aberto da vogal *a* proveniente seja de vogal singela ou de crase, seja de uma especialização morfológica, do que resultou serem eliminadas no Brasil as importantes distinções de natureza fonológica e morfofonológica que se fazem em Portugal: a) entre o *a* artigo [ã] e o originário de sua crase com a preposição *a* [a]; b) entre a *lã* pessoa do plural do presente [ãˈmãmuʃ] e a do pretérito perfeito do indicativo [ãˈmamũʃ]<sup>41</sup>;

c) desenvolvimento de um iode antes de *-s* implosivo, principalmente quando palatalizado [ʃ], o que permite, por exemplo, a rima de *atrás* com *vais*, de *vez* com *seis*, de *atroz* com *sóis* e de *nus* com *azuis*<sup>42</sup>;

d) intercalação de um *i* ou de um *e* para desfazer certos grupos consonânticos: *advogado* por *advogado*, *peneu* por *pneu*<sup>43</sup>;

e) vocalização do *l* implosivo, fenômeno que, com exclusão do extremo Sul, parece muito generalizado no país; assim *carnaval*, *anel*, *Elvira*, *canil*, *toldo* e *sol* pronunciam-se, na fala distensa, [karnaˈvaw], [ãˈnɛw], [ɛwˈvir<sup>a</sup>], [kãˈniw], [ˈtɔw<sup>u</sup>], [sqw]<sup>44</sup>;

f) palatalização e passagem à africada dos grupos *ti* e *di*: *ótimo* [ɔtʃim<sup>u</sup>], *ódio* [ɔdʒ<sup>u</sup>]<sup>45</sup>;

g) abertura das vogais pretônicas no Nordeste e em áreas do Norte do país em palavras que não sejam diminutivos nem advérbios em *-mente*, fenômeno cuja origem, depois de tantas e tão variadas explicações, que vão desde a ação de substrato indígena até uma influência da pronúncia erasmiana do latim, continua no grau zero da investigação realmente científica,

mas cuja funcionalidade parece estar condicionada, em muitos casos, à harmonização vocálica<sup>46</sup>: *pegar* [pe<sup>ç</sup>gar], *correr* [ko<sup>ç</sup>rer];

h) o *ieísmo*, ou seja a passagem da palatal [j] a [y], que alguns estudiosos afirmam ser um fato geral da linguagem popular brasileira, afirmação no entanto não respaldada pelo ensinamento que se colhe dos três atlas lingüísticos até agora publicados<sup>47</sup>: *filho* [ˈfiy<sup>u</sup>], *orvalho* [o<sup>r</sup>vay<sup>u</sup>].

Além do *ieísmo* - fato românico muito difundido, mas que há ponderáveis razões para considerá-lo, no Brasil, um caso interno de desfonologização popular<sup>48</sup> -, outros fenômenos fonéticos inovadores pertencentes a registros muito vulgares podem ser apontados. Assim a perda das consoantes -r, -l e -s finais (*amã*, *generã*, *as casa*)<sup>49</sup>; a assimilação do d ao n no grupo nd (*andano* por *andando*)<sup>50</sup>; a passagem do a tônico a u em áreas do Pará e do Amazonas<sup>51</sup>; a despalatalização do [j] em áreas da Bahia e de outras regiões do Nordeste [mu<sup>l</sup>er] <sup>52</sup>; a iodização do r (e do l tornado r) pós-vocálico ocorrente em áreas mal delimitadas do Nordeste e de Goiás (*coigo* de *corgo*, por *côrrigo*; *aima* de *arma*, por *alma*)<sup>53</sup>; a pronúncia retroflexa do r chamado *caipira*, típica de áreas de São Paulo e do Sul de Minas Gerais, mas que se documenta em outras regiões do país<sup>54</sup>; a passagem de [ʒ] a [y] em povoações da costa paranaense ([ˈyɔry<sup>a</sup>] por *Jorge*, [iˈgrey<sup>a</sup>] por *igreja*)<sup>55</sup>; a aspiração que substitui o [v] em áreas do Nordeste ([aˈhi<sup>a</sup>] por *havia*, [ˈhãmu<sup>s</sup>] por *vamos*)<sup>56</sup>; a passagem também a uma aspiração do [ʒ] e do [z] antes de vogal palatal, atestada na linguagem rústica de povoações cearenses ([ˈhêt<sup>i</sup>] por *gente*, [faˈhêd<sup>a</sup>] por *fazenda*)<sup>57</sup>; a redução a [i] da terminação -inho, fato muito difundido em áreas interioranas do país ([kãˈmĩ] por *caminho*)<sup>58</sup>, e ainda outros fenômenos cuja altura de registro e cuja extensão geográfica precisam ser melhor estabelecidos.

Temos dúvida em incluir entre as inovações brasileiras certos fenômenos fonéticos por muitos assim considerados.

É o caso, por exemplo, da monotongação dos ditongos [ay] em [a] antes de [s̺] e [ey] em [e] antes de [s̺], [ʒ] e [r]. As-

sim: [ˈbaʃ<sup>u</sup>] por *baixo*, [ˈpeʃ<sup>i</sup>] por *peixe*, [ˈkeʒ<sup>u</sup>] por *queijo*, [peˈdrɐ<sup>u</sup>] por *pedreiro*. As grafias *baxa* e *pexe*, que ocorrem até em *Os Lusíadas*, mostram a antiguidade do fenômeno, largamente documentado ainda hoje nos dialetos centro-meridionais portugueses<sup>59</sup>. Pode-se mesmo dizer que nas áreas onde [ɐy] não evoluiu para [äy] há sempre a tendência de monotongar-se em [ɛ]. Quanto à monotongação do ditongo [ɔw] em [ɔ] ela é geral não só na língua comum do Brasil, mas também, desde o século XVII, no português europeu<sup>60</sup>.

Quanto à pronúncia fecha [ɛ] e [ɔ] do -e e -o gráficos finais - característica do Rio Grande do Sul e de áreas do Paraná, de Santa Catarina, de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul -, se alguns a explicam por influência espanhola (o que seria uma inovação), outros, como Révah, nela vêem a manutenção de um estado antigo do português<sup>61</sup>.

Não é fácil enquadrar entre os casos de inovação certos foneticismos populares como:

a) a passagem de *l* a *r* no falar caipira e em outros falares brasileiros, apontada como um dos nossos tipicismos vulgares, mas que representa uma tendência românica muito difundida, tendo sido mesmo uma evolução normal dos grupos de *l* do latim para o português: *brando*, de *blandu*; *pranto*, de *planctu*; *claro* (arc.), de *claru*; *fior* ou *frol* (arc.), de *flore*;

b) a desnasalização de formas como *home* [ˈõm<sup>i</sup>] por *homem*, *virgem* [ˈvirʒ<sup>i</sup>] por *virgem*, pois que *ome* se usava na língua arcaica literária e outras palavras latinas terminadas em *-ine* perderam em sua evolução a antiga nasalidade: *lumine* > *lume*, *nomine* > *nome*, *vermine* > *verme*<sup>63</sup>.

As formas populares do pretérito perfeito do indicativo *cantaro*, *fizero* e *partiro* são evidentes casos de desnasalização das antigas *cantarō*, *fizerō* e *partirō*, pertencentes à norma culta da língua arcaica e ainda conservadas em falares portugueses.

Do exposto verifica-se que não há também nenhuma realização fonética inovadora que, no estado atual de nossos conhecimentos<sup>64</sup>, possa ser considerada geral em todo o país.

Fenômenos como os que foram aqui aflorados não se clari-

ficam satisfatoriamente senão com minuciosos estudos diatópicos, diastráticos e diacrônicos, que só agora começam a ser compreendidos. À luz deles, esperamos que se venha a escrever um dia sobre a nossa variante idiomática algo semelhante ao luminoso ensaio de Menéndez Pidal intitulado *Sevilha frente a Madrid*<sup>65</sup>, no qual o sábio linguísta-filólogo reexamina, com a erudição e a agudeza costumeiras, todas as teses aventadas até a época para explicar as características do espanhol americano. Tem razão Lope Blanch em acentuar a precaução e a precisão, tão pouco usuais em outros investigadores, com que Menéndez Pidal aí se serve dos qualificativos *arcaizante, conservador e inovador*<sup>66</sup>.

Divide ele o espanhol da América em variedades conservadoras e inovadoras e procura justificá-las com fundamentos socioculturais. A seu ver, a própria linguagem das cortes dos vice-reis era a um tempo conservadora e inovadora, porque, "se o cortesão, por um lado, supõe desprezo pelo arcaico e aceitação das novas normas da língua culta metropolitana, implica, por outro lado, um purismo e esmero idiomático refratário a toda novidade avulgarada ou dialetal"<sup>67</sup>.

Examina, a seguir, detidamente as causas, principalmente geográficas e socioculturais, que deram origem ao mosaico dialetal hispano-americano. As diversas regiões do Novo Mundo não mantinham igual contacto com a Metrôpole, razão por que não recebiam com a mesma intensidade as inovações idiomáticas que nela se processavam. Pelas condições especiais do seu prodigioso desenvolvimento cultural, a cidade do México tornou-se "o guia soberano da linguagem de nível mais alto da "Colônia", "mostrou-se infenso aos neologismos andaluzistas ou vulgares que eram admitidos na costa, e se manteve fiel ao espanhol literário do século XVI com um maior conservantismo que o da própria Madrid"<sup>68</sup>.

Em contraste com a capital e a região dela dependente, a costa mexicana de Veracruz e Yucatán apresenta características andaluzistas, como o relaxamento das consoantes, e são essas características também as de São Domingos, das outras Antilhas e da costa da Venezuela, visitadas anualmente pelas

frotas de Sevilha. Já a Audiência de Guatemala, que abarcava os atuais países da América Central, é bastante conservadora, porque os maus portos dessa região recebiam poucos navios diretamente da Espanha. Seus habitantes iam quase sempre, em lombo de mulas, buscar na cidade do México ou em portos alheios aquilo de que necessitavam<sup>69</sup>.

A cidade de Lima - e o Peru em geral - é a região mais conservadora de toda a América Espanhola, enquanto o Chile se apresenta como a mais inovadora do ponto de vista popular. A antiga Audiência de Charcas, que compreendia a Bolívia e parte do Noroeste da Argentina, assemelha-se ao conservadorismo peruano<sup>70</sup>. Buenos Aires, no entanto, que só em 1778 se torna capital de um Vice-Reinado à parte, constitui-se numa área neologizante, receptiva aos dialectalismos andaluzes<sup>71</sup>.

Em síntese. Retomando a tese do andaluzismo em bases novas e mais sólidas, Menéndez Pidal mostra, à sociedade, que a América oferece duas modalidades de castelhano: uma conservadora, com leves traços andaluzes, que "se mantém nas terras de menor comércio e de escasso desenvolvimento social nos séculos XVI e XVII, como são as regiões interiores ou andinas da América Meridional: interior da Colômbia, do Equador, do Peru, da Bolívia, em Tucumán e demais províncias do Noroeste argentino"<sup>72</sup>.

Um tipo oposto, mais andaluzista, obediente a uma influência constante de Sevilha, deve ter-se produzido desde cedo nas regiões costeiras de intensa vida comercial, "tais como as Antilhas, as terras periféricas do México, as costas atlânticas da Colômbia e da Venezuela, as regiões costeiras do Pacífico (excluídas as do Peru) e os países do Rio da Prata"<sup>73</sup>.

Em contrapartida, as sedes das cortes vice-reinais, principalmente México e Lima, em íntima comunicação cultural com a corte régia, mantinham uma linguagem de tipo mais culto, mais esmerado<sup>72</sup>.

Depois dessas considerações, resumidas do ensaio do maior dos hispanistas, que em verdade trata apenas de alguns dos fatores que contribuem para as situações idiomáticas aqui examinadas, compreende-se a temeridade que representa quali-

ficar de conservador ou inovador qualquer sistema ou subsistema lingüístico em seu conjunto antes da elaboração dos minuciosos estudos a que nos referimos.

Mesmo reconhecendo a alta relevância da contribuição de Menéndez Pidal e a existência de uma bibliografia específica de inegável valor, Lope Blanch não tem dúvida em declarar: "Decidir se o espanhol americano, ou, melhor, se determinados falares da América Espanhola são conservadores ou inovadores parece coisa prematura, à vista do estado atual de nossos conhecimentos. Mas os dados de que dispomos, por mais fragmentários que sejam, não favorecem a impressão de sua 'estaticidade'."75.

Essa prudente conclusão parece-nos também adequada à realidade lingüística brasileira.

#### NOTAS

1. Serafim da Silva Neto. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, 2. ed. Rio de Janeiro, MEC/INL, 1963, p.15.
2. Sílvio Elia. *A unidade lingüística do Brasil (condicionamentos geoeconômicos)*. Rio de Janeiro, Padrão, 1979.
3. Gladstone Chaves de Melo. *A língua do Brasil*, 1.ed. Rio de Janeiro, Agir, 1946; 2.ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971; 3. ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1975; 4. ed. Rio de Janeiro, Padrão, 1981. Citamos pela última edição.
4. *Obra cit.*, p.90 e 91.
5. *Dialectología española*, 2. ed. Madrid, Gredos, 1970, p.378.
6. *Ibid.*, *ibid.*
7. *Ibid.*, *ibid.*
8. Amado Alonso. *Estudios lingüísticos: temas hispanoamericanos*. Madrid, Gredos, 1953, p.11.

9. Ibid., p. 13.
10. Veja-se Luís Filipe Lindley Cintra. *Estudos de dialectologia portuguesa*. Lisboa, Sá da Costa, 1983, p. 33-34.
11. Veja-se Celso Cunha. *A questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1985, p. 19.
12. Ao fazer algumas "considerações sobre a pronúncia do português do centro do reino no tempo de Camões", Gonçalves Viana (*Exposição da pronuncia normal portuguesa para uso de nacionaes e estrangeiros*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, p. 91) afirma que, excluindo-se "um ou outro ator mais consciencioso e sabedor", no teatro do seu tempo os versos camonianos

Por mares nunca dantes navegados  
E em perigos e guerras esforçados

eram emitidos com nove sílabas pela redução de *mares* e *perigos* a *mar's* e *p'rigos*, redução que no verso do soneto célebre do poeta

E se vires que pode merecer-te

atingia as formas *vi-res* e *merecer-te*, tornadas *vir's* e *mer'cer-te*, com o que o verso passava a ter oito sílabas.

Como para os brasileiros tais versos continuam a ser decassílabos, conclui-se naturalmente que a pronúncia brasileira atual seria a do tempo de Camões, ou seja, a do século XVI.

A nosso ver, porém, a questão não se resolve com essa simplicidade. Primeiro, porque são atores muito ignorantes, de péssimo ouvido, conseguem quebrar, na recitação, a regularidade de uma estrofe isométrica que contenha as palavras em questão, já que nos versos dos poetas contemporâneos elas têm quase sempre o mesmo número de sílabas que lhes atribuía Camões. Em segundo lugar, porque não era facto desconhecido na linguagem quinhentista omissões de vogais pretônicas e postônicas, sendo de notar que os próprios gramáticos do tempo, Fernão de Oliveira e João de Barros, apontam como correntes as pronúncias *sílba* por *sã-laba* e *Barbra* por *Bãrbora*. Quanto às postônicas, Gil Vicen-

te não só costumava omiti-las em formas portuguesas, mas estendia essa prática a palavras espanholas (*flêr'da, duêl'te, princ'pe*) e latinas (*imbarquím'ni, reg'le*). Também na versificação vicentina não é rara a síncope da vogal pretônica que vem antes ou depois de consoante líquida (*gár'cocins, carr'pato, assolv'rei, assolv'rãs, p'rigo*), como atestam estas redondilhas do *Auto de Inês Pereira*:

Quando o vi pegar comigo  
que me achei naquele perigo:  
Assolverei - não assolverás;  
tomarei - não tomarás.  
Jesu! Homem! Que hás contigo?

(Cf. *Estudos de versificação portuguesa; séculos XIII a XVI*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, p.103, 285-286).

13. No capítulo I de sua *Gramática*, Fernão de Oliveira declara que, em razão de influências climáticas e geográficas, "úas gentes formam suas vozes mais no papo, como os caldeus e arábigos, e outras nações cortam vozes, apressando-se mais no seu falar; mas nós falamos com grande repouso como homens assentados" (*Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lisboa, German Galharde, 1536, cap. I). No capítulo XX reitera a afirmação anterior: "já dissemos que a nossa língua é mui comprida no pronunciar das letras e das silbas". Mas, no capítulo XXVI, parece desdizer-se, ao admitir a queda das vogais propostas às consoantes líquidas: "Também somos amigos de cortar as vozes, onde se escrevem .l. ou .r., quando depois destas letras se havia d'escrever vogal, como *silba* por *silaba*, e *fezerdes* por *fezêredes*". Como se viu na nota anterior, os exemplos colhidos em poetas do tempo mostram que também se podiam perder as vogais átonas que precediam as líquidas. Do exposto conclui-se que a tão repetida e generalizada afirmação, feita por Gonçalves Viana sobre a pronúncia das pretônicas e postônicas no século XVI, não é perfeitamente exata. Aliás, o grande foneticista e poliglota português não era propriamente um filólogo. Fora do terreno da lingüística sincrônica, em particular da fonética descritiva, nem sempre se movia bem. Haja vista as

suas infundadas explicações de características do português normal do Brasil.

14. Vejam-se, entre os vários trabalhos sobre o tema publicados pelo eminente e saudoso foneticista Armando de Lacerda: *Características da entoação portuguesa*, 2 vols. Coimbra, Coimbra Editora, sep. de *Biblos*, 17, 19-21; *Objectos verbais e significado elocucional: toemas e entoemas, entoação*. Separata dos vols. 7 e 8 da *Revista do Laboratório de Fonética Experimental*. Coimbra, 1970-1975. Leiam-se também: Jorge de Moraes-Barbosa. O problema lingüístico da entoação. *Revista do Laboratório de Fonética Experimental*, 6: 107-255, Coimbra, 1966; Maria Raquel Delgado Martins. *Sept études sur la perception: accent et intonation du portugais*. Lisboa, Laboratório de Fonética da Faculdade de Letras, 1983.
15. Infelizmente continua inédito o único estudo que conhecemos sobre a entoação brasileira elaborado dentro do rigorismo da fonética experimental. É a tese de doutorado, apresentada em maio de 1984 à Universidade de Paris III por José Moraes: *Recherches sur l'intonation modale du Portugais brésilien parler à Rio de Janeiro. Analyse acoustique, perceptive et fonctionnelle*.
16. Baseado no testemunho de Luís Caetano de Lima (*Orthographia da língua portuguesa*. Lisboa, Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1736, p. 21, 29, 32, 47, 55, 58), Jules Cornu chegou à conclusão de que até a primeira metade do século XVIII o *e* e o pretônicos eram pronunciados em Portugal [e] e [ø] (cf. *Die portugiesische Sprache*. In: *Grundriss der romanischen Philologie*, herausgegeben von Gustav Gröber, 19 vol., 2. ed. Strassburg, Karl J. Trübner, 1904-1906, p. 943-944 e 1006-1008), e o seu parecer tornou-se artigo de fé entre os estudiosos do idioma. Apenas Gonçalves Viana e I.S. Révah fizeram-lhe restrições. O primeiro, além de reclamar uma documentação mais convincente do que a aduzida, alega que a pronúncia em exame não existe em nenhuma área do domínio lingüístico do português a não ser o Brasil,

onde ela poderia ter causas locais (cf. *Exposição da pronúncia normal portuguesa para uso de nacionais e estrangeiros*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, p.93-95); o segundo aceita a extensão da vigência do [ɛ] pretônico proposta pelo filólogo suíço, mas discorda quanto à do [ɔ], cuja confusão com o [u] ascende ao século XVI ou, mesmo, ao século XV (cf. *L'évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XVI<sup>e</sup> siècle à nos jours*. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*. Rio de Janeiro, MEC/Biblioteca Nacional, 1958, p. 391-392, 395-398; *Comment et jusqu'à quel point les parlers brésiliens permettent-ils de reconstituer le système phonétique des parlers portugais des XVI<sup>e</sup>-XVII<sup>e</sup> siècles?* In: *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, 19 vol. Lisboa, 1959, 282-283, 289-291). Sobre o assunto, leia-se ainda: Gladstone Chaves de Melo. *Obra cit.*, p. 122-124; Serafim da Silva Neto. *A língua portuguesa no Brasil*. Separata da *Revista de Portugal*, vol. 25. Lisboa, 1960, p. 33-36; —. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, 2. ed. Rio de Janeiro, MEC/INL, 1963, p.170-175; José G. Herculano de Carvalho. *Estudos lingüísticos*, 29 vol. Coimbra, Atlântida, 1969, p. 77-97, 102; Paul Teyssier. *História da língua portuguesa*. Tradução de Celso Cunha. Lisboa, Sã da Costa, 1982, p.60-62, 80-81.

17. Vj. Serafim da Silva Neto. *Introdução cit.*, p.171-175; Paul Teyssier. *Obra cit.*, p.61, 81.
18. Vj. Serafim da Silva Neto. *Ibid.*, p. 175-177; Paul Teyssier. *Obra cit.*, p. 64, 81; Gladstone Chaves de Melo. *Obra cit.*, p. 124.
19. Vj. Gonçalves Viana. *Obra cit.*, p. 92; I. S. Révah. *Anais cit.*, p.393; —. *Actas cit.*, p. 287; Serafim da Silva Neto. *Introdução*, p. 187-188.
20. Como se sabe, não há acordo entre os lingüistas quanto à pronúncia do -e átono final no século XVI. Alguns aceitam que a realização [i] da pronúncia brasileira, dos crioulos portugueses, da Madeira e de áreas do Algarve e dos Açores

seria a vigente no Portugal quinhentista. Entre outros, são desse parecer Göran Hammarström. *Étude de phonétique auditive sur les parlers de l'Algarve*. Uppsala - Stockholm, Almqvist & Wiksells, 1953, p. 140-142; Thomas R. Hart Jr. Notes on sixteenth-century portuguese pronunciation. *Word*, 11: 404-415, especialmente 408-410; José G. Herculano de Carvalho. *Obra cit.*, p. 97-103. I.S.Révah, porém, à vista da falta de documentação de tal pronúncia nos gramáticos e ortógrafos do século XVI, aliada à existência da realização [e] no arcaizante falar caipira, nega que ela represente a conservação de um estágio antigo. Para Révah a pronúncia quinhentista da vogal em causa era [e], e a coincidência, no caso, da predominante realização brasileira com a de outros falares portugueses deve ser atribuída a evoluções paralelas (cf. *Anais cit.*, p. 392).

Comentário particular merece o ensaio de Anthony J. Naro (*Estudos diacrônicos*. Petrópolis, Vozes, 1973, p.9-51) sobre a história do e e do o em português. Depois de submeter a um minucioso e agudo reexame crítico as anteriores hipóteses explicativas da passagem de [e] a [i], o lingüista americano chegou à conclusão de que no Brasil e em outras áreas da língua portuguesa funcionou cedo uma regra que tornava alta em sílaba inicial ou final uma vogal média não-retraída, regra que também vigorou em Portugal em fins do século XVII e na primeira metade do século XVIII. Portanto, para ele, o funcionamento da regra processou-se independentemente nas diversas áreas, no que concorda com Révah. Em nosso entender, porém, o fato de o reconhecimento expresso da pronúncia [i] para o -e gráfico só se ter verificado no século XVIII (Luís Caetano de Lima, 1734; Luís António Verney, 1754) não nos impede de retroceder a sua vigência ao século XVII, pois que de pouco vale, no caso, o silêncio dos gramáticos e ortógrafos, sabendo-se que obedeciam eles na época ao princípio "pronuncia como escreves". E, assim sendo, não há dificuldade em supormos que essa pronúncia portuguesa inovadora - que vigorou do século XVII até fins do século XVIII, quando evoluiu para

[ð] - tenha sido assimilada pelos núcleos populacionais da costa do Brasil, em contacto maior com a metrópole. A realização [e] do falar caipira representaria a pronúncia quinhentista da vogal, insulada na região de São Paulo e em povoações do interior.

21. Também não há acordo entre os lingüistas quanto às causas da existência da africada [tʃ] em áreas brasileiras. Serafim da Silva Neto considerou-a resquício de uma influência tupi, o que procurou justificar na comunicação *Um traço de pronúncia caipira*, apresentada ao III Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros (cf. *Actas cit.*, p. 292-300) e republicada, com alterações, em *Língua, cultura e civilização*. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1960, p. 67-90. Com ele concorda Sílvio Elia. *Ensaio de filologia e lingüística*, 2. ed. Rio de Janeiro, Grifo/MEC, 1975, p. 196. Preferimos, no entanto, ver nessa africada um arcaísmo pelas razões já apontadas por Révah: a) pertencer ela ao sistema fonológico do português quinhentista; b) estar documentada hoje em áreas altamente conservadoras de Portugal e do Brasil; c) não ser um dos fonemas fundamentais do tupi antigo, onde só aparece em variantes combinatórias. Leia-se a propósito I. S. Révah. *Anais cit.*, p. 390; *Actas cit.*, p. 304-306.
22. Vj. I.S. Révah. *Actas cit.*, p. 285-286; *Anais cit.*, p. 390; Serafim da Silva Neto. *Introdução cit.*, 194-195; *Língua, cultura e civilização*, p. 69, 73, 75, 86, 90.
23. Quanto à *lũa*, cf. *Lusíadas* I, 58; II, 93; III, 59; IX, 48. No último passo rima com *nenhũa* e *algũa*. Em III, 56, aparece a forma desnasalizada. Também em Gregório de Matos coexistem *lũa* (em rima com *comũa*) e *lua* (em rima com *pua*). Veja-se a respeito Serafim da Silva Neto. *Introdução*, p. 188-189; *Ensaio de filologia portuguesa*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956, p. 309-312.
24. Vj. Óskar Nobiling. *Die Nasalvokale in Portugiesischen. Die Neueren Sprachen*, 11(3): 136-137; Gonçalves Viana. *Obra cit.*, p. 52-53, 106; —. *Portugais*. Leipzig, Teubner, 1903, p. 16. Sobre o glide consonântico que acompanha as vogais nasais

- brasileiras, leiam-se J. Mattoso Câmara Jr. *Para o estudo da fonêmica brasileira*, 2. ed. Rio de Janeiro, Padrão, 1977, p. 67-72; Mirian Therezinha da Matta Machado. *Etude articulatoire et acoustique des voyelles nasales du portugais de Rio de Janeiro*. Thèse présentée à l'Université des Sciences Humaines de Strasbourg, t. 1, 1981, p. 71-73, 461-467, 482-483 passim. Quanto à ocorrência de igual fenômeno no português europeu, vejam-se especialmente Jorge Morais-Barbosa. *Les voyelles nasales portugaises: interprétation phonologique*. In *Proceedings of the Fourth International Congress of Phonetic Sciences*. Edited by Antti Sovijärvi and Pentti Aalto. The Hague, Mouton, 1962, p. 691-708; —. *Etudes de phonologie portugaise*, 2<sup>e</sup> éd. Évora, Universidade de Évora, 1983, p. 81-104; Maria Helena Mira Mateus. *Aspectos da fonologia portuguesa*, 2. ed. Lisboa, INIC, 1982, p. 46-70, 87-93.
25. Vj. I. S. Révah, *Actas cit.*, p. 285; Serafim da Silva Neto. *Introdução*, p. 179.
26. A construção *estar* (*andar*, etc.) + gerúndio, preferida no Brasil, é a mais antiga no idioma e ainda tem vitalidade em dialetos centro-meridionais de Portugal (principalmente no Alentejo e no Algarve), nos Açores e nos países africanos de língua oficial portuguesa. Veja-se a propósito M. de Paiva Bolão. *Estudos de lingüística portuguesa e românica*, tom. 1. Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1974, p. 425; —. *Revista Portuguesa de Filologia*, 17:971, 1975-1978. Os escritores portugueses e brasileiros contemporâneos preferem, obviamente, a construção predominante em seus respectivos países, mas servem-se supletivamente da outra, como se pode ver em Celso Cunha - Lindley Cintra. *Nova gramática do português contemporâneo*, 2. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985, p. 371, 384-386, 475, 482.
27. Vj. Paul Teyssier. *História da língua portuguesa*, p. 84.
28. Vj. Paul Teyssier. *Obra cit.*, p. 84.
29. A forma documentada no *Livro da montaria é çorolha*: "E pois
- 
- O Eixo e a Roda*, Belo Horizonte, (5): p.199-230, 1986.

- que o começamos a ensinar, sabede, que a terra do barro, ou lama que seja *çorolha*, que nom seia solta, estas terras fazem parecer os rastros pequenos" (Ed. de Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918, p. 150). Sobre a palavra consultem-se Serafim da Silva Neto. *História da língua portuguesa*, 2. ed. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1970, p. 420; Joseph M. Piel. *Miscelânea de etimologia portuguesa e galega* (primeira série). Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1953, p.292-295.
30. Suzana Marcelino Cardoso - Vera Lúcia Rollemberg. A vitalidade de *sarolha* nos falares baianos. *Universitas*, 12-13: 241-249, maio-dezembro de 1972.
31. "Como atrás frisamos, o fundo dessa linguagem plebéia é o português arcaico final. É a língua do século XV, qual nela retratam os textos da época, e que, com grande probabilidade, seria falada pelos nossos descobridores e primeiros povoadores até lá pelo século XVII" (*Obra cit.*, p.97). E na mesma página adverte: "muitas dessas formas podem aparecer em autores quinhentistas". Se essas formas eram usadas por escritores quinhentistas e se os colonizadores delas se serviram até o século XVII, não há razão para considerá-las peculiares ao século XV. Acertadas nos parecem estas palavras de Serafim da Silva Neto: "O aspecto conservador e antiquado dos falares brasileiros pode dever-se, em grande parte, a colonizadores, vindos no século XVIII, mas oriundos das províncias, regiões, como se sabe, que mantêm um estado lingüístico mais conservador do que a língua comum."... "Assim, o indiscutível aspecto conservador do português do Brasil, sobretudo daquele a que chamo rural, não se filia necessariamente ao século XVI" (In *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*, p. 402).
32. Frey Bertholameu Ferreira. Vale lembrar que, ainda recentemente, o professor Gladstone Chaves de Melo reeditou, em colaboração com o professor Aníbal Pinto de Castro, a *Vida de Dom Frei Bertolameu dos Mártires*, de Frei Luís de Sousa

(Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986).

33. Paul Teyssier. *La langue de Gil Vicente*. Paris, Klincksieck, 1959, p. 140-141.
34. José Pedro Machado. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, t. 2. Lisboa, Confluência, 1959, p. 2004.
35. Idem. *Ibid.*, s.v. *luta*.
36. Miguel do Couto Guerreiro. *Tratado da versificação portuguesa*. Lisboa, Francisco Luiz Ameno, 1784, p. 90.
37. Vj. Duarte Nunes do Leão. *Orthographia da língua portuguesa*. Lisboa, João Barreira, 1576, fl. 69v; Frei Luís do Monte Carmelo. *Compendio de orthographia*. Lisboa, Antonio Rodrigues Galhardo, 1767, p. 530.
38. *Obra cit.*, p. 113-117.
39. Sabemos que o professor Gladstone se apóia na periodização da língua portuguesa proposta por Leite de Vasconcelos, ainda hoje aceita pela maioria dos estudiosos do idioma.
40. Vj. Dinah Maria Isensee Callou - Maria Helena Duarte Marques. O -s implosivo na linguagem do Rio de Janeiro. *Littera*, 14: 9-137, julho-dezembro, 1975.
41. Trata-se de uma especialização morfológica, pois a diferença de timbre não se apóia na etimologia. Veja-se Révah. *Actas cit.*, p. 285.
42. Celso Cunha - Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*, p. 677.
43. O fenômeno da anaptixe ocorre em alguns falares e em certos tipos de elocução do português europeu, mas tudo faz crer que seja uma solução paralela à brasileira. Veja-se M. de Paiva Boléo. *Brasileirismos (Problemas de método)*. Coimbra, Coimbra Editora, 1943, p. 24-25. [Separata de *Brasília*, vol. 3].
44. Nos registros mais vulgares pode dar-se a perda do -l.
45. Leia-se Serafim da Silva Neto. *Introdução*, p. 183. Em áreas

dos Estados da Bahia e de Sergipe palavras como *oito* e *muíto* sofrem interversão na seqüência *it* [yt > ty]. Daí as pronúncias [ˈotʃʷ] e [ˈmũtʃʷ].

46. Quanto às pretônicas cearenses, leiam-se as agudas observações de Martins de Aguiar. Fonética do português do Ceará. *Revista do Instituto Histórico do Ceará*, 51: 271-307, 1937, especialmente p. 275-283. Sobre as regras de abertura das pretônicas em Natal, veja-se Vera Lúcia de Medeiros Maia. *Vogais pretônicas médias na fala de Natal*. Rio de Janeiro, 1986 [texto policopiado]. Cumpre advertir no entanto que a abertura das pretônicas não é um fato fonético privativo da região nordestina. A professora Maria Bernardete M. Abaurre Gnerre chamou a atenção dos estudiosos para a vitalidade do fenômeno no Espírito Santo (Cf. *CADERNOS DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS*, 2: 23-44, especialmente p. 27 e 35-38, Campinas, 1981) e a professora Leda Bisol estabeleceu os seus condicionamentos na área do Rio Grande do Sul (Cf. *Harmonização vocálica*. Tese de doutorado defendida em 1981 na Universidade Federal do Rio de Janeiro).
47. Para justificar o que afirmamos, faremos uma breve análise da carta *orvalho*, que tem o número 5 no *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais* (vol. 1, MEC/Casa de Rui Barbosa, UFJF, 1977) e o número 27 no *Atlas lingüístico da Paraíba* (vol. 1, UFPB/CNPq, 1984).

Dentro de um polimorfismo que apresenta quinze realizações fônicas diversas para o item em causa, verificamos que em Minas Gerais as formas não ieístas, largamente preponderantes, foram recolhidas em 61 pontos. Assim: [ɔriˈvaly<sup>u</sup>] e [oraˈvaly<sup>u</sup>] em 22 pontos cada uma, [ɔrˈvalus] em 13, [ɔrɔˈvaly<sup>u</sup>] em 4, [ɔřˈvaly<sup>u</sup>] em 3, [ɔRˈvaly<sup>u</sup>] em 2, [ɔřˈval<sup>u</sup>] em 2, e cada uma em um ponto [ɔřˈvaly<sup>u</sup>], [ɔřˈvaly<sup>u</sup>] e [ɔruˈvaly<sup>u</sup>]. E somente em 10 pontos encontraram os inquiridores formas ieístas, realizadas foneticamente: [ɔRˈvay<sup>u</sup>] e [aRˈvay<sup>u</sup>], ambas em três pontos; [ɔriˈvay<sup>u</sup>] em 2; [ɔriˈvay] e [uruˈvay], cada uma em um ponto.

Também na Paraíba foi comprovado um intenso polimorfismo do item lexical em exame, que assume treze formas distintas, das quais seis não ieístas: [ɔhˈvaɫʷ], recolhida em 10 pontos; [aruˈvaɫʷ], em 3; [uruˈvaɫʷ], [ɤruˈvaɫʷ], [ɔyˈvaɫʷ] e [ɔyˈvaɫʷ], cada uma em um ponto. As formas ieístas aparecem sob sete realizações, que se distribuem por quinze pontos do mapa, em cinco deles lutando com formas não ieístas: [uruˈvayʷ], em 5 pontos; [ruˈvayʷ], em 3; [aruˈvayʷ] e [ɔhˈvayʷ], em 2; [arɔˈvayʷ], [uruˈvay] e [aruˈvay], uma em cada ponto.

Sobre a alternância de formas ieístas e não ieístas na Bahia, ver a nota seguinte.

48. Vj. Nelson Rossi, A iotização de /-lh-/ em algumas localidades baianas. In *Anais do Primeiro Simpósio de Filologia Românica*. Rio de Janeiro, MEC/Biblioteca Nacional/Universidade Federal da Bahia, 1970, p. 161-179; Manuel Alvar. Relatório. *Ibidem*, p. 179-182.
49. É claro que a perda do -r e do -l é distinta da do -s, que só se verifica em elementos de um sintagma (substantivo, adjetivo e verbo) que apresenta mais de um índice de pluralidade. Como acertadamente diz o professor Sílvio Elia, "não é o fonema que cai; é o morf fonema que deixa de ser usado" (*Ensaio de filologia e lingüística*, p. 216). Vejam-se também Serafim da Silva Neto. *Introdução*, p. 152; Gladstone Chaves de Melo. *Obra cit.*, p. 78, 98-99; I. S. Révah. La question des substrats et superstrats dans le domaine linguistique brésilien. *Romania*, 84: 433-450, especialmente p. 443, onde cita exemplos como *o piri* e *o alferi* em que se dá a perda pura e simples do -s.
50. Semelhante à assimilação do d ao n, é a do b ao m no grupo mb. Vejam-se, a propósito dos dois tratamentos, Serafim da Silva Neto. *Introdução*, p. 196; —. *A língua portuguesa no Brasil*, p. 51; Sílvio Elia. *Obra cit.*, p. 193-194; Gladstone Chaves de Melo. *Obra cit.*, p. 56-57, 101.
51. Foi José Veríssimo o primeiro que se referiu a tal câmbio

fonético entre os amazonenses e paraense (Cf. As populações indígenas e mestiças da Amazonia: linguagem, crenças e costumes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 50(1): 295-390, especialmente p. 326, Rio de Janeiro, 1887). O fenômeno tem sido explicado por influência açoriana, ou dos aloglotas nativos, ou, ainda, por alteração dentro do próprio sistema fonológico da língua (Vejam-se Serafim da Silva Neto. *Introdução*, p. 190; —. *A língua portuguesa no Brasil*, p. 46-47; —. *Ensaio de filologia portuguesa*, p. 74; Antenor Nascentes. *Idioma nacional*, t. 4. Rio de Janeiro, 1929, p. 260). Como a passagem de [o] a [u] ocorre na região dos rios, é provável que ela tenha origem numa interferência do sistema vocálico de línguas indígenas da área, pois que evolução semelhante se verifica na Serra do Equador, no Peru e na Bolívia andinos, e os lingüistas são acordes em atribuí-la aos adstratos quíchua e aimara, línguas em cujo vocalismo só existem três fonemas reais - *a*, *i* e *u* -, que podem apresentar alofones de diferentes timbres por efeito de harmonização vocálica. A propósito escreve o malogrado Humberto Toscano Mateus: "Hay que acudir al sustrato y adstrato quichuas para explicar estos cambios. En esa lengua sólo existen fonológicamente tres vocales, *a*, *u*, *i*. Los sonidos *e*, *o* pueden considerarse simples variantes de *i*, *u*. El indio, para hablar español, altera lo menos posible su propio sistema fonológico. De ahí la multitud de cambios vocálicos, que van desminuyendo conforme se pasa del pueblo indígena al mestizo y al blanco. El límite lingüístico entre el indio y el blanco es poco preciso, sobre todo en las zonas rurales; de donde resulta que muchos cambios vocálicos que se atribuen al quichua se producen con frecuencia en el habla de personas que ignoran totalmente la lengua del Inca". (*El español en el Ecuador*. Madrid, C.S.I.C., 1953, p. 52, onde, a seguir, exemplifica o fenômeno com formas como *cuco* por *coco*, *cundur* por *côndor*, *cuchi* por *coche*, *tuco* por *toco*, *turrûn* por *turrôn*, entre outras). Essa obra foi objeto de importante resenha crítica de Hécio Martins na

- Revista Brasileira de Filologia*, 1(2): 233-237. À página 234 tece o saudoso filólogo judiciosas considerações sobre o fato fonético em exame, estudado também por Rafael Lapesa. *Historia de la lengua española*, 8. ed. Madrid, Gredos, 1980, p. 550-551; Alonso Zamora Vicente. *Obra cit.*, p. 390; Juan M. Lope Blanch. *El léxico indígena en el español de México*. El Colegio de México, 1969, p. 10; P. Boyd-Bowman. Sobre la pronunciación del español en el Ecuador. *Nueva Revista de Filología Hispánica*, 7: 231, 1953; Dora Justiniano de la Rocha. Apuntes sobre la interferencia fonológica de las lenguas indígenas en el español de Bolivia. In *Actas del III Congreso de la Asociación de Lingüística y Filología de la América Latina*. San Juan, Puerto Rico, 1976, p. 160-161.
52. Vj. Sílvio Elia. *Obra cit.*, p. 217-218.
53. Serafim da Silva Neto. *Introdução*, p. 192; —. *A língua portuguesa no Brasil*, p. 48. Sílvio Elia. *Obra cit.*, p. 201.
54. Uma precisa descrição deste [r̄] pode ler-se em Amadeu Amaral. *Dialecto caipira*. São Paulo, Casa Editora "O Livro", 1920, p. 21. O professor Brian F. Head vem estudando, há tempos, a vitalidade do r-caipira em várias regiões do Brasil. Leiam-se, a respeito, os seus trabalhos: O estudo do "r-caipira" no contexto social. *Revista de Cultura Vozes*, 67(8): 43-49, 1973; Subsídios do Atlas Prévio dos Falares Baianos para o estudo de uma variante dialetal controversa. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 1: 21-34, Campinas, 1978.
55. Veja-se Serafina Traub Borges do Amaral. Contribuição para um inquérito lingüístico no litoral do Paraná. *Letras*, 5-6: 157-166, especialmente p.158. Curitiba, 1956.
56. Serafim da Silva Neto. *Introdução*, p. 193; —. *A língua portuguesa no Brasil*, p. 48.
57. Serafim da Silva Neto. *Introdução*, p. 193; —. *A língua portuguesa no Brasil*, p. 49.

58. Serafim da Silva Neto (*Introdução*, p. 193; *A língua cit.*, p. 49), fundado em Martins de Aguiar, compara a redução de *-inho* a *-ĩ* (através de *-iu*) existente na fala popular do Ceará a fenômeno idêntico documentado por Schuchardt nos crioulos portugueses de África. Advirta-se, porém, que tal redução não se circunscreve ao Ceará, antes se encontra em idioletos de diversas áreas do país.
59. Luís F. Lindley Cintra. Os ditongos decrescentes *ou* e *ei*: esquema de um estudo sincrónico e diacrónico. In *Estudos de dialectologia portuguesa*, p. 35-54. Manuel de Paiva Boléo (*Estudos de lingüística portuguesa e românica*, tomo 1, entre as páginas 240 e 241) insere dois mapas ilustrativos da passagem de [ey] a [e]: mapa nº 8 sobre "Redução do ditongo *ei*>*ê* em *figuera* e *laranjera*"; mapa nº 9, intitulado "Redução do ditongo *ei*>*ê*".
60. Luís F. Lindley Cintra. *Ibid.*, *ibid.*, onde se estudam as áreas dialetais portuguesas em que permanece o ditongo [ow], bem como sua alternância com [oy]. Sobre a isófono do [ow] em Portugal, veja-se também Helmut Lüdtke. *Beiträge zur Lautlehre portugiesischer Mundarten*. In *Miscelânea Homenaje a André Martinet: estructuralismo e historia*, tomo 1. Tenerife, Universidad de La Laguna, 1957, p. 95-112, especialmente p. 110-112.
61. Vejam-se I.S. Révah. *Anais cit.*, p. 399; —. *Actas cit.*, p. 281-282; Serafim da Silva Neto. *Introdução*, p. 190-191; Sílvio Elia. *Obra cit.*, p. 214.
62. Como se sabe, os grupos latinos de *l* sofreram uma dupla evolução para o português. Numa primeira fase, palatalizaram-se. Assim: *clave*>*chave*, *flama*>*chama*, *planu*>*chão*, *spec(u)lu*>*espelho*, *implere*>*encher*. Os que entraram no idioma quando não mais vigia a regra de palatalização sofreram a passagem do *l* a *r*. Conservaram o *l* as formas eruditas.
63. Serafim da Silva Neto. *Introdução*, p. 188; —. *A língua portuguesa no Brasil*, p. 45-46.
64. Apesar dos importantes progressos dos estudos dialectolô-

gicos nesses últimos anos, com o aparecimento de novos atlas lingüísticos, de vários léxicos e de algumas monografias regionais, ainda são aproximativos os dados de que dispomos sobre os falares brasileiros.

65. O ensaio tem como subtítulo *Algunas precisiones sobre el español de América* e foi publicado na *Miscelánea Homenaje a André Martinet: estructuralismo e historia*, tomo 3, 1958, p. 99-165.
66. Juan M. Lope Blanch. *Estudios sobre el español de México*. Universidad Autónoma de México, 1972, p. 29.
67. Menéndez Pidal. *Obra cit.*, p. 157.
68. Idem. *Ibid.*, p. 158 e 160.
69. Idem. *Ibid.*, p. 148. Do conservadorismo dos atuais países da América Central exclui-se o Panamá, porque "la pequeña Audiencia de Panamá era punto de encuentro para las flotas de Tierra Firme y del Perú, deteniéndose en sus puertos las naves de tres a cuatro meses; por ello su habla sigue el tipo más andalucista, en contraste con el habla del resto de los territorios centroamericanos" Menéndez Pidal, *Ibid.*, p. 149.
70. Idem. *Ibid.*, p. 153.
71. Idem. *Ibid.*, p. 163-164. Com a enorme imigração sofrida desde o século passado, Buenos Aires tornou-se, no dizer de José Edmundo Clemente, o "puerto terminal de todos los dialectos del mundo" e, conseqüentemente, "no puede rescatarse a su necesario contacto" (In Jorge Luís Borges. *El idioma 'de los argentinos* - José Edmundo Clemente. *El idioma de Buenos Aires*. Buenos Aires, Peña - Del Giudice, 1952, p. 46.
72. Menéndez Pidal. *Obra cit.*, p. 164-165.
73. Idem. *Ibid.*, p. 165
74. Idem. *Ibid.*, p. 165.

74. Juan M. Lope Blanch. *Obra cit.*, p. 47. Do exame dos traços fonéticos que, em princípio, consideramos conservadores, parece-nos que a razão está em Révah, quando nos diz que "os dados brasileiros confirmam a existência na língua-padrão portuguesa dos séculos XVI e XVII de pronúncias hoje desaparecidas ou relegadas aos falares populares ou regionais" (*Actas cit.*, p. 281).